

**Mini-Curso do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Mini-Curso de Extensão**

**Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília**

O Desafio da Regulação das Plataformas Digitais

Professora Marisa von Bülow
Professor Alexandre Arns

Número de créditos: 1 (15 horas)

5 reuniões presenciais de 3 horas cada, terças e quintas-feiras das 9 às 12hrs

Datas: 6 a 22 de junho

Número de vagas: 30

*Local: Sala de Seminários do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília
Térreo do prédio do IPOL, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte
Contato: aarnsgonzales@gmail.com*

Tema e objetivos do curso:

A necessidade de regulação das plataformas digitais tem sido tema de controvérsia desde que estas foram criadas, mas nos últimos anos o debate tem se intensificado. Há uma percepção cada vez mais clara, de atores políticos e da sociedade civil, de que uma Internet sem regulação produz riscos sistêmicos à sociedade. As empresas proprietárias de plataformas digitais são atores políticos cujas ações têm potenciais impactos na democracia. O debate sobre as regras de seu funcionamento é, portanto, um debate central para a ciência política. Eventos recentes, como a pandemia e processos eleitorais, marcados pela desinformação e pelo discurso de ódio, evidenciaram esses riscos e tornaram ainda mais urgente o desafio da regulação das plataformas digitais.

No Brasil, a recente discussão em torno do PL 2630 é um marco importante para o avanço do tema. No entanto, o desafio é mais amplo, não apenas porque o PL 2630 não abrange toda a complexidade da Internet, mas também porque o tema é dinâmico. Representa, nesse sentido, um desafio permanente de regulação.

Este minicurso é parte de um esforço de pesquisa mais amplo, que vem sendo realizado no âmbito do grupo de pesquisa Relações entre Sociedade e Estado (RESOCIE), do Instituto de

Ciência Política da UnB (www.resocie.org.br). O objetivo é debater o tema e analisar criticamente iniciativas recentes de regulação das plataformas digitais, sob a ótica da ciência política.

Atividades e avaliação:

O curso está organizado a partir de cinco aulas presenciais. Além de participar das aulas, as(os) inscritas(os) deverão se cadastrar na plataforma da consulta pública sobre regulação de plataformas digitais que está sendo promovida pelo Comitê Gestor da Internet (<https://dialogos.cgi.br/>). A participação na consulta não é obrigatória, apenas o seu acompanhamento.

A avaliação será baseada na presença e participação ativa nas aulas presenciais. Além disso, cada estudante deverá apresentar, no último encontro, uma análise crítica de uma das propostas apresentadas na consulta pública sobre o tema. Esta poderá ser uma proposta própria, ou a análise de propostas de outros atores. Também poderá ser uma análise crítica do próprio processo de organização da consulta.

Conteúdo do Curso:

Os (as) participantes deverão se familiarizar com o material bibliográfico antes de cada encontro. Outros materiais serão sugeridos ao longo do curso. Existem muitos vídeos de audiências públicas, seminários e debates sobre o tema da regulação das plataformas, e que os (as) estudantes deverão assistir para complementar a bibliografia listada abaixo.

A bibliografia é acessível livremente e estará disponível em um grupo na Plataforma Teams, que será utilizado também para troca de informações entre as(os) participantes e para entrega dos trabalhos finais. Bibliografia adicional será disponibilizada às(aos) participantes ao longo do curso.

1. O Debate - introdução (3 horas) - 6 de junho

Esta primeira reunião presencial tem como objetivo apresentar o debate sobre a regulação das plataformas digitais. Serão apresentados os principais conceitos e as posições dos principais atores. Também será dada uma visão geral dos precedentes e das novas iniciativas que vêm sendo implementadas em nível nacional e internacional sobre o tema.

Bibliografia:

GONZALES, Alexandre A. 2021. *A Economia Política de Dados e Eleições: "Peço teu voto e teus dados"*. Tese de doutorado, Instituto de Ciência Política, UnB. Capítulo 5, pp.119-171.

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43319/1/2021_AlexandreArnsGonzales.pdf

VON BÜLOW, Marisa. 2023. *Relatório sobre Remuneração do Jornalismo pelas Plataformas Digitais*, CGI.br.

2. O debate internacional (3 horas) - 13 de junho

Neste segundo encontro, debateremos algumas das principais referências internacionais que estão sendo vistas como inspiração para o debate no Brasil. Também aprofundaremos o debate iniciado na aula anterior, sobre os principais conceitos e atores.

Bibliografia:

Legislação europeia: Digital Markets Act (DMA) e Digital Services Act (DSA). Ver também página do Parlamento Europeu sobre o assunto:

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20211209STO19124/a-lei-dos-mercados-digitais-e-da-lei-dos-servicos-digitais-da-ue-explicadas>

NAGY, Peter; NEFF, Gina. 2015. Imagined Affordance: Reconstructing a Keyword for Communication Theory. *Social Media + Society*, p. 1–9.

<<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305115603385>>

ETTER, M.; ALBU, OB. 2020. Activists in the dark: Social media algorithms and collective action in two social movement organizations. *Organization*. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350508420961532>.

3. O debate nacional - o Marco Civil da Internet e o PL 2630 - 15 de junho

O terceiro encontro será dedicado ao debate das iniciativas legislativas brasileiras, com foco no Marco Civil da Internet, os questionamentos feitos a essa legislação, e as propostas em tramitação no Congresso Nacional.

Bibliografia:

SOLAGNA, Fabricio. 2015. A Formulação da Agenda e o Ativismo em torno do Marco Civil da Internet. Dissertação de Mestrado. Departamento Sociologia, UFRGS. Porto Alegre. Capítulo 4 “A Formulação da Agenda”, p.64-89.

SANTOS, Bruna Martins. 2020. Uma avaliação do Modelo de Responsabilidade de Intermediários do Marco Civil. *ISOC*. Brasília. Disponível em:

<https://isoc.org.br/files/1_5163560127365644511.pdf>

Textos legislativos: Marco Civil da Internet e PL 2630

4. O debate para além do PL 2630 - 20 de junho

A quarta aula será dedicada a debater os desafios da regulação de plataformas digitais para além das regras já existentes e daquelas que estão sendo propostas no PL 2630.

Bibliografia:

Vídeos do seminário de lançamento da consulta pública sobre regulação de plataformas digitais, organizado pelo CGI, em 25 de abril de 2023:

Canal do YouTube do NIC.br https://www.youtube.com/playlist?list=PLQq8-9yVHyOZoj1LNh_v3bqSZT2xYbs5P

UNESCO, 2023. Guidelines for Regulating Digital Platforms (versão 3.0)

5. Qual é o futuro? - 22 de junho

Neste último encontro, as(os) estudantes deverão apresentar, oralmente (em até 5 minutos) e por escrito (em até 2 páginas), uma análise crítica de uma das propostas apresentadas na consulta pública sobre o tema. Esta poderá ser uma proposta própria, ou a análise de propostas de outros atores. Também poderá ser uma análise crítica do próprio processo de organização da consulta.